TEXTOS PUBLICADOS EM 1995

109 - *Democratização e Controle na Saúde: Análise do Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.*
de Roseni Pinheiro e Mario Roberto Dal Poz

110 - *Por Um Contraponto Teórico-metodológico entre o Planejamento Estratégico-situacional (PES) e o Controle de Qualidade Total (T.Q.C.) na Saúde Pública.*
de Francisco Javier Uribe Rivera

111 - *A Prescrição Médica.*
de Vera Lúcia Edais Pepe e Cláudia Maria Travassos Veras

112 - *Espelho Espanhol de FHC.*
de José Luís Fiori

113 - *Por Que Governabilidade? Qual Governabilidade?*
de José Luís Fiori

114 - *Arquivo Rockefeller: Banco de Dados.*
de Luiz Antonio de Castro Santos e Lina Rodrigues de Faria

115 - *O Federalismo Frente ao Desafio da Globalização.*
de José Luís Fiori

116 - *Social Liberalismo: A Bússola Quebrada de Fernando Henrique Cardoso.*
de José Luís Fiori

117 - *Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises.*
de José Luís Fiori

118 - *Modelos de Intervenção do Estado na Área da Saúde.*
de Ana Luiza Vianna

119 - *O Modelo de Assistência Médica de Pedro Ernesto (1932): Algumas Considerações.*
de André de Faria Pereira Neto

120 - *A Governabilidade Democrática na Nova Ordem Econômica.*
de José Luís Fiori

121 - *Perfil de Morbidade em um Ambulatório Médico Bancário no Ano de 1994.*
de Tula Maria Silva Moreira

122 - *A História da Profissão Médica: Algumas Considerações.*
de André de Faria Pereira Neto

123 - *Dependência Tecnológica: Uma Proposta de Interpretação.*
de Cid Manso de Mello Vianna

124 - *A Dinâmica dos Conselhos Municipais de Saúde no Estado do Rio de Janeiro: Três Estudos de Casos, Angra dos Reis, Resende e Bom Jesus do Itabapoana.*
de Roseni Pinheiro

125 - *Conceito Objetivo, Denominação Extrínseca e Entia Rationis em Francisco Suarez (1548-1617).*
de André Rangel Rios

126 - *A Pesquisa no Brasil: Organização (parte I) .*
de Reinaldo Guimarães (et al)

127 - *A Pesquisa no Brasil: Desempenho (parte I I).*
de Reinaldo Guimarães (et al)

128 - *Tulipas, Moedas e Reformas; Que Horas São?*
de José Luís Fiori

129 - *Terapêutica e Mito.*
de Jane Dutra Sayd

130 - *Indústria Farmacêutica: Uma Análise da Estrutura e Evolução Industrial.*
de Cid Manso de Mello Vianna

131 - *Figurações Freudianas do Feminino.*
de Silvia Alexim Nunes

132 - *O Brasil e a Índia no Cenário Político Internacional dos Próximos Anos.*
de José Luís Fiori

133 - *A Indústria de Equipamentos Médicos: Uma Análise da Evolução e Estrutura de Mercado .*
de Cid Manso de Mello Vianna

TEXTOS PUBLICADOS EM 1996

134 - *Leitura Psicanalítica da Perversão Social: Abordagens Atuais.*
de Carlos Augusto Peixoto Junior

135 - *Sobre o Trabalho de Arrighi: O Longo Século XX em Foco.*
edição de George Kornis

136 - *V Seminário do Projeto Racionalidades Médicas.*
coordenação de Madel T. Luz

137 - *Aos Condenados da Terra, o Equilíbrio Fiscal; Neoliberalismo e Políticas Públicas.*
de José Luís Fiori

138 - *A Psicologia Médica e as Instituições de Saúde no Brasil.*
de Gustavo Corrêa Matta

ISSN 1413-7909

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ

INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL

Série: Estudos em Saúde Coletiva nº 139

A CONSTRUÇÃO DA POBREZA COMO OBJETO DE POLÍTICA PÚBLICA

Jane Souto de Oliveira

Novembro 1996

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor
Antonio Celso Alves Pereira

Vice-Reitora
Nilcéa Freire

Diretor do Instituto de Medicina Social
Ricardo Antonio Wanderley Tavares

Vice-Diretor do Instituto de Medicina Social
Mário Roberto Dal Poz

Série: **ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA** **ISSN 1413-7909**
É uma publicação de textos para discussão do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de exclusiva responsabilidade dos autores.

Editor
George E. M. Kornis

Produtora Executiva
Sônia Faerstein

Assistente Editorial
Victor Manoel Moreira Gonzalez

Copidesque e Revisão
Ana Silvia Gesteira

Conselho Editorial
Cid Manso de Mello Vianna / Depto. de Planejamento e Administração em Saúde
Luiz Antônio de Castro Santos / Depto. de Políticas e Instituições de Saúde
Rosely Sichieri / Depto. de Epidemiologia

Envio de Artigos, Vendas e Permutas
Série: ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA
Instituto de Medicina Social - UERJ
Rua São Francisco Xavier, 524 - 7º andar - bl. D
Maracanã - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.559-900
Tel.: (021) 587-7303 / 587-7572 / 284-8249
Fax.: (021) 264-1142
E-Mail: serieims@vmesa.uerj.br

Impressão e Acabamento
Gráfica da UERJ

ISSN 1413-7909

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL

SÉRIE: ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA

A CONSTRUÇÃO DA POBREZA COMO OBJETO DE POLÍTICA PÚBLICA

JANE SOUTO DE OLIVEIRA
Novembro/1996

Nº 139

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/SISBI/SERPROT

S485 Oliveira, Jane Souto de.
A construção da pobreza como objeto de política pública / Jane Souto de Oliveira. - Rio de Janeiro : UERJ, IMS, 1996.
22 p. - (Série estudos em saúde coletiva ; n. 139)

Bibliografia : p. 21-22.
ISSN 1413-7909

1. Pobreza - Aspectos Políticos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. II. Título. III. Série.

CDU 616-058

A CONSTRUÇÃO DA POBREZA COMO OBJETO DE POLÍTICA PÚBLICA*

*Jane Souto de Oliveira***

Resumo *- O trabalho trata da construção da pobreza como objeto de política pública e está dividido em duas partes. Na primeira, procuro reconstituir os termos do recente debate sobre a pobreza, nos países de capitalismo avançado, analisando: (i) como a representação social e o tratamento político da pobreza prevalecentes nos anos 60/70 se diferenciam dos atuais; (ii) em que medida a emergência do que diversos autores vêm chamando de "nova pobreza" se constitui efetivamente em uma problemática teórica e prática nova; e (iii) que mudanças se delineiam no papel do Estado e no desenho das políticas públicas relativas à pobreza, tendo os EUA e a França como casos paradigmáticos. Na segunda parte, desloco a análise para o caso brasileiro, chamando a atenção para o fato de que apesar do quadro de desigualdades, pobreza e exclusão existente no país, a questão social é eclipsada por temas econômicos, sem lograr produzir uma política global, que mobilize e articule os esforços do Estado e da sociedade civil.*

1. A abordagem da pobreza nos países de capitalismo avançado:

Os anos 1990 trouxeram para o centro da agenda pública a questão social e, em particular, a pobreza. Na Europa e nos EUA, temas como desemprego, precariedade no mercado de trabalho, vulnerabilidade, exclusão ou desafiliação social passam a permear boa parte dos debates travados nos campos político e

* O presente trabalho é fruto, em grande parte, dos seminários de leitura sobre *Pobreza e Política*, realizados, ao longo do ano de 1995, no Programa de Doutoramento em Planejamento e Políticas Públicas em Saúde do Instituto de Medicina Social/UERJ, sob a orientação e coordenação de Alba Zaluar. A ela devo também valiosas críticas e sugestões ao texto que, numa versão mais resumida, foi apresentado durante o Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, promovido pelo IBGE em maio de 1996.

** Economista, antropóloga, pesquisadora do IBGE

intelectual, dando conta do que muitos analistas definem como a emergência de uma "nova pobreza". Ao abordarem essa "nova pobreza", os autores remetem com freqüência a um outro momento, este situado entre os anos 1960/70, e estabelecem um confronto entre a representação social e o tratamento do fenômeno prevalecente em ambos:[1]

> "A miséria se estrutura hoje como conseqüência de profundas transformações econômicas e sociais e não pode ser entendida fora deste contexto. O resultado das tendências econômicas globais, especialmente da divisão internacional do trabalho, foi uma nova pobreza, muito mais sistemática e estruturada e, conseqüentemente, muito mais difícil de ser combatida do que a de 20 anos atrás" (Harrington, citado em Katz, 1989:237).
>
> "Nos anos 60/70, a perspectiva permanecia sendo a de um progresso contínuo: da sociedade de escassez dos tempos pretéritos à sociedade de abundância dos tempos futuros. A pobreza era, portanto, apenas um resíduo do crescimento, que uma tomada de consciência e uma ação voluntarista dos poderes públicos deviam solucionar. Tendo como pano de fundo a concorrência internacional e a reestruturação econômica, a Europa descobre aqueles a quem se poderia chamar de novos pobres. A pobreza não é mais apenas o apanágio de categorias situadas à margem do crescimento. Daqui em diante, a pobreza atinge indivíduos e famílias antes bem inseridos na sociedade e na vida profissional e jogados na precariedade pelos ciclos econômicos e por decisões políticas e empresariais" (Merrien, 1994:9-10).
>
> "Excluídos: o tema serviu, no início dos anos 70, para designar os esquecidos do crescimento. Era então uma simples maneira de temperar a euforia da sociedade de bem-estar e de pressionar por uma ampliação da cobertura social. A partir dos anos 80, vai significar uma coisa totalmente diversa: não mais uma omissão involuntária, mas uma solução deliberada. Para modernizar, é preciso reduzir os efetivos, conservar apenas os indivíduos capazes de atender às mutações tecnológicas e rejeitar os outros, todos os outros" (Donzelot e Roman, 1991:5).
>
> "Tudo se passa como se redescobríssemos, com angústia, uma realidade que, habituados ao crescimento, ao quase pleno emprego, ao progresso da integração e à generalização das proteções sociais, supúnhamos haver conjurado: a existência, outra vez, dos "inúteis ao mundo", sujeitos e grupos que se tornaram supérfluos..." (Castel, 1995:20-1).

Embalado pela crença no progresso social, pelo crescimento econômico dos "trinta gloriosos" e pela capacidade de intervenção do *Welfare State*, o tratamento da pobreza, em meados dos anos 60/70, expressava fielmente a representação

[1] Nas citações feitas a seguir, a tradução é de minha responsablidade.

predominante que dela se fazia: um problema residual a ser corrigido mediante a aplicação de políticas apropriadas, com o concurso da sociedade. Se ao Estado cabia a implementação de políticas capazes de redistribuir de forma mais eqüitativa os frutos do crescimento (sobretudo, democratizando as oportunidades escolares e de treinamento e aperfeiçoamento profissional), cabia aos grupos sociais já integrados à sociedade de consumo contribuir com sua parte para integrar os pobres. Vistos estes tão somente como um grupo de retardatários, tratava-se, pois, de acelerar seu passo para que também eles se incorporassem à Sociedade Afluente.[2]

Bem diversa é a reflexão dos anos 80/90. Ao contrário do otimismo prevalecente nos anos 60/70, a reflexão atual se pauta pelo reconhecimento da pobreza como um problema estrutural: não mais um resíduo de formas pretéritas de organização, mas um resultado da própria dinâmica do capitalismo.

A que se deve esta metamorfose? A que "transformações" ou a que "reestruturação econômica" remetem os autores para explicar a nova pobreza? Em que sentido esta se constitui efetivamente numa problemática teórica e prática nova? E, ainda, por que o desaparecimento da pobreza — e não sua ampliação — deveria ser o resultado esperado com o avanço do capitalismo?

A idéia de que o livre jogo das forças de mercado conduziria ao progresso econômico e a um estado de bem-estar social geral, proclamada por Adam Smith há mais de dois séculos, certamente não foi a única perspectiva de análise para a evolução do capitalismo.

[2] Representação análoga à que prevaleceu durante a euforia desenvolvimentista que teve lugar na América Latina, em meados dos anos 50, e que apostava na industrialização como passo necessário e suficiente para vencer o atraso e o subdesenvolvimento dos países da região.

Radicalmente oposta foi a visão de Marx sobre o processo. Ao descrever, no capítulo XXIII de *O Capital*, a lei geral de acumulação capitalista, ele aponta para o caráter hegemônico dos movimentos de concentração e de centralização de capital (apesar do movimento contrário de dispersão) e de repulsão de trabalhadores (apesar do movimento contrário de atração). Desta forma, o excedente relativo de população tenderia necessariamente a crescer, no modo de produção capitalista, em virtude de mudanças tecnológicas e do aumento da produtividade do trabalho:

> "a redução absoluta da demanda de trabalho, que daí necessariamente deriva, é tanto maior quanto maiores sejam as proporções em que se fundem, graças ao movimento de centralização, os capitais submetidos a este processo de renovação" (Marx, 1966, Livro 1, cap XXIII, sec. 2: 532). "Quanto mais se desenvolve em um país, o regime capitalista de produção, mais acentuado se apresenta nele o fenômeno da superpopulação relativa" (*id.ibidem*, Livro 3, cap XIV, sec. 3, 236).

Daí o caráter antagônico da acumulação capitalista: "o que é em um pólo acumulação de riqueza é, no pólo oposto, acumulação de miséria" (*id.ibidem*, Livro 1, cap XXIII, sec. 4, 547).

O crescimento da população excedente e da pobreza se colocava, portanto, para o pensamento de Marx, como uma tendência inerente à lógica capitalista. Uma tendência que, igualmente assumida por Polanyi, só pôde ser contrarrestada mediante a "invenção do social", ou seja, mediante a intervenção do Estado e do uso de instrumentos de regulação do mercado e de proteção social. Como afirma Merrien (1994:13-4), "ao descrever a Grande Transformação, Polanyi se propôs, antes de tudo, a apresentar não o processo de gênese da sociedade de mercado selvagem, mas, ao contrário, o nascimento de uma sociedade industrial que se protegia dos riscos do mercado e criava barreiras para eliminar seus efeitos devastadores".

Neste sentido, a conjuntura dos últimos quinze a vinte anos de globalização, desregulação do mercado, crise do Estado e retrocesso das políticas de

proteção social não estaria exatamente impulsionando e pondo a descoberto aqueles efeitos perversos? Não estaria comprovando a tese levantada por Polanyi de um vínculo indissolúvel entre liberalismo não controlado e pauperismo? Não estaria, enfim, esboçando o que apropriadamente poderíamos chamar de "o reverso da Grande Transformação"?[3]

É para esta direção que apontam as análises dos autores citados. De vez que nas economias industriais avançadas, a renda e o produto crescem com uma utilização cada vez menor e mais seletiva de trabalho, desestabiliza-se a condição assalariada e o desemprego deixa de ser um fenômeno conjuntural e residual, para se transformar num problema massivo e de larga duração. Ao mesmo tempo, como as competências técnicas exigidas para o emprego são cada vez maiores e mais sofisticadas, o desemprego tende a incidir mais fortemente sobre as camadas menos favorecidas, acentuando e ampliando o quadro da pobreza. Com isso, a escala de redistribuição entre a fração ativa e inativa da população, já elevada em função do próprio envelhecimento demográfico, dilata-se substancialmente pela necessidade de cobrir o seguro-desemprego e outras alocações sociais. Nessas condições, a arquitetura social e financeira do *Welfare State*, que tinha como um de seus pilares o pleno emprego, apresenta claros sinais de erosão. O Estado se torna incapaz de responder a essa demanda maior e mais diversificada de serviços e a legitimidade dos mecanismos de solidariedade que sustentavam o antigo pacto é ameaçada. Descontentamento cívico, apatia política, exacerbação de condutas individualistas são alguns dos sinais de que a coesão social está seriamente abalada, delineando o que analistas como Maier (1994) começam a chamar de uma crise moral da democracia.

---

[3] A propósito, não deixa de ser significativo que boa parte dos autores que se posicionam contra a atual ordem liberal e enfatizam a pauperização e o acirramento das desigualdades, por ela provocados, seja tributária do pensamento de Polanyi, tomando-o como ponto de partida e referência básica para suas próprias análises. Cf., entre outros, Merrien (1994:12), Dean (1991:1), Castel (1995:25), Santos (1994:43).

Em poucas palavras, ao se combinarem, por um lado, uma terceira revolução industrial e um novo estágio de centralização e internacionalização de capitais e, por outro, a redução do alcance e a perda de eficácia das políticas do *Welfare State*, tais processos dariam ensejo, ao mesmo tempo e num mesmo movimento, à emergência da "nova pobreza".

E se esta, por sua vez, constitui uma problemática nova, isto ocorre basicamente por duas razões. Em primeiro lugar, porque a "nova pobreza" surge tendo como pano de fundo um contexto de *proteções anteriores*, hoje profundamente abaladas. E, em segundo lugar, porque a nova etapa de acumulação capitalista, ao converter a mão-de-obra anteriormente explorada em mão-de-obra descartável, produz uma alteração substancial no *status* da pobreza. Nas palavras de Castel:

> "Os descartáveis de hoje não são sequer explorados, de vez que para sê-lo, é preciso possuir competências conversíveis em valores sociais (...)Se eles não são mais, no sentido próprio do termo, atores, porque não fazem nada de socialmente útil, como poderão existir socialmente? Existir, é claro, no sentido de ter efetivamente um lugar na sociedade, de vez que estão bem presentes e em excesso" (Castel, 1995:21).

Na Europa, como nos EUA, portanto, a pobreza se reconverte numa questão de caráter público. Como representação social, como objeto de reflexão e análise, como problema político, a pobreza adquire uma dimensão e uma visibilidade provavelmente jamais alcançadas. Ela está presente nas discussões que se travam sobre as mudanças ocorridas no mercado de trabalho; sobre justiça e violência social; sobre o papel do Estado e a natureza e alcance das políticas públicas; sobre o futuro mesmo da democracia.

Claro está que as representações e as políticas voltadas para a pobreza não são homogêneas. Assim, por exemplo, a tradição anglo-saxônica de tratamento à pobreza parece, desde sempre, ter se orientado pelo paradigma da pobreza voluntária. Desde a compilação das *Poor Laws*, implementada na Inglaterra no

início do século XVIII, a assistência à pobreza como responsabilidade do Estado levantou um primeiro tipo de indagação: "que pobres merecem ser assistidos?" e conduziu à definição de quais deles seriam os meritórios e quais os não meritórios (*deserving/undeserving poors*).

O espírito das leis era claro, estabelecendo uma clivagem entre os pobres aptos e inaptos para o trabalho e prescrevendo-lhes um tratamento diferencial que podia ser sintetizado pela fórmula: trabalho para os que querem trabalhar, castigo para os que não querem e pão para os que não podem (Himmelfarb, 1988:35) .

O problema central era, portanto, o do tratamento do indigente válido, o que, por sua vez, remetia a uma segunda questão, a saber, a das conseqüências da assistência pública sobre os pobres. O argumento esgrimido pelos que se opunham a uma ajuda indiscriminada era o de que esta ajuda, longe de ser uma solução para a pobreza, era parte integrante e reforço do problema, ao desmoralizar e estigmatizar os pobres e ao perpetuá-los no vício e na miséria.

Chegava-se, assim, a uma terceira questão: "os pobres são vítimas ou culpados?", que era respondida deslocando-se o eixo da responsabilidade da pobreza de determinantes estruturais para condutas morais dos próprios pobres. Eram estes, de fato, os verdadeiros culpados por sua pobreza; eram eles que faziam sua escolha.

Foi em torno dessas três questões — a definição dos pobres meritórios, as conseqüências de uma ajuda pública indiscriminada para os pobres e a identificação das causas da pobreza — que gravitaram os debates durante o período da Reforma das *Poor Laws* no século XIX.

Significativamente, foi ainda em torno delas que se atualizou a reforma do *Welfare*, durante os recentes anos de gestão republicana nos EUA.[4] Ali, uma onda de conservadorismo e um mal dissimulado renascimento do racismo deram a tônica dos anos 1980, levando a que representações negativas e estigmas sobre a pobreza retornassem com toda força e vitalidade. Expressões como *ghetto, underclass, homeless*, passaram a ser usadas recorrentemente na linguagem jornalística e incorporadas ao senso comum, evocando, sem dúvida, os pobres não meritórios e associando-os a comportamentos desviantes, uso de drogas, fracasso escolar, prostituição, banditismo e criminalidade.

Fechando o círculo, à culpabilização dos pobres se somaram as críticas à assistência pública. Generalizou-se o argumento de que os programas anti-pobreza levados a efeito sobretudo pela administração Johnson nos anos 1960 foram prejudiciais aos pobres e multiplicaram-se os esforços no sentido de redefinir os programas sociais e de reduzir seus custos, inscrevendo-se aí a proposta de introdução do *workfare*[5]. Diante disso, autores como Katz chegaram mesmo a afirmar que a reforma do *Welfare* nada mais era do que um eufemismo para cortes nos gastos sociais (Katz, 1989:5; Jencks, 1992:121; Patterson, 1994:219).

Se, nos EUA, o debate se cristaliza em torno de temas como *ghetto*, *underclass* e *workfare* e remete, sobretudo, a condutas e características individuais dos

[4] Mesmo com uma margem de manobra relativamente estreita, de vez que não dispõe de maioria parlamentar, é possível que o retorno dos democratas à Presidência introduza algumas modificações neste quadro. A esse respeito, é contundente o alerta do Secretário de Trabalho, Robert Reich, sobre as desigualdades sócio-econômicas que se observam no país: "se não fizermos alguma coisa, o aumento das desigualdades que estamos experimentando vai acabar comprometendo a prosperidade e até mesmo a estabilidade dos EUA" (...) e conclui "países onde é profunda a divisão entre pobres e ricos costumam ter dificuldades para manter seus sistemas democráticos" (*in O Globo*, 20/07/1995: p. 21). Ver, ainda, Reich (1994).

[5] Tais esforços encontraram sua tradução no *Family Support Act*, votado pelo Congresso em 1988 e que implicou a obrigação de formação profissional/trabalho para muitos de seus beneficiários (Patterson, 1994:219).

pobres, na Europa a discussão da nova pobreza se articula a questões como reestruturação econômica, desemprego e acirramento das desigualdades e tende a enfatizar determinantes que são de ordem estrutural.

Na França, esse debate é particularmente rico. Ele incorpora temas como o dos direitos, cidadania e solidariedade social, associando-os a novas formas de pensar e fazer política, entre as quais se destacam as políticas de inserção, postas em prática desde meados dos anos 1980.

Essa posição de vanguarda da França, em termos de reflexão e de política de combate à pobreza, não é certamente gratuita. Como assinala Messu (1994:156-7):

> "Os anos 80/90 são, de certa forma, o triunfo da abordagem sociológica, trazendo ao palco principal os termos da integração, da coesão social, dos valores éticos e sociais. A análise da pobreza é, portanto, a ocasião de revisitar os conceitos fundamentais da sociologia do 'laço social' (...) e de fazer valer os direitos do homem pobre sobre a sociedade. Em suma, duas tradições intelectuais se reencontram aqui para propor uma nova linha de ataque à pobreza. A primeira, de inspiração *durkheimiana*, afirma que a coesão social deve ser consolidada e, para tanto, é necessário reforçar as instâncias e as modalidades de integração do indivíduo, seja no plano profissional, seja no plano familiar, comunitário etc. A segunda, herdeira da Revolução de 1789 e tributária das reflexões de seu Comitê de Mendicância, insiste sobre a reciprocidade da obrigação que liga o cidadão e a nação".

Berço de uma república que se construiu sobre os princípios da liberdade, da fraternidade e da igualdade e de uma sociologia que teve como fundamento o "laço social", era de se esperar que a França fosse a primeira a se manifestar quando a consolidação da "nova pobreza", nos anos 80, pôs explicitamente em xeque aqueles pressupostos, ao trazer para o debate público a questão: o pobre é também e em princípio um cidadão?[6] Mais ainda porque, ao contrário do que ocorria em boa parte dos países de capitalismo avançado, à época sob governos

[6] A celebração do bicentenário da Revolução Francesa representou um momento privilegiado para evocar esta questão.

liberais, a França fazia a experiência de um governo socialista, eleito pelo voto. Nessas condições, mesmo tendo de se ajustar aos processos de globalização e de reestruturação econômica e de empreender reformas no Estado, ela teria também que forçosamente responder de forma distinta à "nova questão social" que se colocava. Na resposta, que desde então vem sendo posta em prática, haveria que destacar:

i) *o reconhecimento de uma "nova questão social"*, que deita suas raízes na perda de inscrição social provocada pela crise do trabalho e se traduz por uma dilatação crescente das margens de pobreza;

ii) *a proposta de construção de uma nova cidadania social*, que tem por base a emergência de laços inéditos entre direitos sociais e obrigações morais, de novas relações entre o econômico e o social, pela entrada em exercício de uma economia intermediária de integração social, e de novas formas de solidariedade (Rosanvallon, 1995). Esta "deixa de ser monopólio de Estado e prática legítima de seus agentes para se transformar em um efeito sinergético a ser produzido por todos os componentes e instâncias mesmas do social" (Messu, 1994:152). A solidariedade não tem dono, dela todos têm o direito e o dever de participar. Daí a ênfase, no léxico da ação social, de vocábulos como parceria, sinergia e globalidade de esforços, entre outros;

iii) *a redefinição do papel do Estado*, que antes de se reduzir a um Estado mínimo como nas propostas liberais, deve ser um Estado revitalizado, mais ativo e com maior poder de coordenação. Dado que o desafio é o de reviver o espírito cívico sobre o qual se enraíza o reconhecimento de uma dívida social mútua, cabe ao Estado o papel de promotor e guardião das novas formas de solidariedade e de justiça social;

iv) *a inserção como palavra-chave das políticas públicas*: se a desafiliação do mercado de trabalho é o eixo central da questão social, a inserção passa a sê-lo em termos de direito e das novas políticas públicas. Acima de tudo, as políticas de inserção são concebidas e praticadas, com vistas ao mercado de trabalho (Renda Mínima de Inserção (RMI), Contratos de Emprego-Solidariedade (CES), empresas intermediárias etc.), embora incorporem também dimensões como a prevenção contra a delinqüência juvenil e a revitalização de áreas urbanas deterioradas ou

carentes de infra-estrutura básica. Elas se impõem mediante um compromisso entre as partes ou, melhor dizendo, de uma regra de reciprocidade. Sem que se trate de um acordo do tipo "toma lá, dá cá", há uma *démarche* necessária de inserção, que se traduz pela fórmula: "uma alocação de recursos e um acompanhamento contra um projeto", fazendo com que retornem à ordem do dia o *recurso ao contrato* e o *tratamento local dos problemas* (Castel, 1995:473, grifos no original).

De forma alguma, é esta uma tarefa simples. A exemplo do que se passa em outros países da Europa, também na França crescem a intolerância e a violência social, exacerbam-se as diferenças e se reduzem as margens de manobra do Estado-nação, seja por força da globalização, seja do projeto de unificação européia. Em face disso e das dimensões alcançadas pelo fenômeno da exclusão, as políticas sociais de inserção passam, elas também, a se constituir em objeto de debate. Debruçando-se sobre a experiência acumulada, nos últimos dez anos, diversos autores apontam para os limites e dificuldades que vêm sendo encontrados na implementação dessas políticas. Assim, indicam eles que as verbas para as políticas de inserção representam uma parcela irrisória do orçamento (Gaullier, s/d); que é cada vez mais difícil exigir que os assalariados sejam solidários com os desempregados, quando também eles se sentem desfavorecidos e injustamente tratados, em comparação com os proprietários de terra e os especuladores (Fitoussi, *in* Gaullier, s/d); que a economia intermediária de integração, uma espécie de mercado protegido, que deveria servir como um estágio transitório acaba, no caso da maioria dos beneficiários, se transformando em um estado permanente (Castel, 1995); que as modalidades de julgamento e avaliação impessoal em que se baseiam as políticas de inserção talvez sejam menos apropriadas para a reintegração dos excluídos do que outros regimes de tratamento, mais informais e pessoais, como os de ajuda mútua (Thévenot, 1993). Tais ressalvas não devem, porém, obscurecer um aspecto essencial: se elas são feitas é exatamente porque, na França, a via da inserção social já começa a apresentar seus primeiros sinais de consolidação (OIT, 1994).

2. A abordagem da pobreza no Brasil:

Em confronto com o que vem ocorrendo na Europa e nos EUA, onde o tratamento da pobreza enquanto objeto de política pública vem suscitando numerosas análises e acalorados debates, no Brasil a questão social é eclipsada pelos temas econômicos. De fato, a agenda pública dos anos 90 parece ter privilegiado a inserção competitiva no mercado internacional, a estabilidade econômica e a reforma do Estado, tendo como palavras-chave a desregulação e a privatização e isso não se alterou pela chegada da social-democracia ao poder[7].

Decorridos dezenove meses de gestão, as ações federais na área social se mostram muito aquém das promessas de campanha eleitoral, que faziam do emprego uma das cinco metas prioritárias do programa de governo, e das expectativas que cercaram o lançamento do Programa Comunidade Solidária, destinado a ser a referência básica da política social no âmbito federal e, ao mesmo tempo, o eixo de articulação entre esta e a das demais instâncias do Executivo (governos estaduais e prefeituras municipais).

Convém precisar melhor o sentido desta afirmação com alguns comentários, ainda que breves, sobre o Programa Comunidade Solidária. Este teve como pano de fundo uma forte mobilização social, desencadeada desde meados de 1993, pelo sociólogo Betinho, a partir de um documento — o *Mapa da Fome no Brasil* — produzido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão subordinado ao Ministério do Planejamento), que apontava para a existência, no país, de cerca de 32 milhões de pessoas situadas abaixo da linha de pobreza.

[7] O que se poderia esperar, de vez que "é para um Estado social-democrata que as reformas sociais representam um bem, em si mesmas, ao marcarem as etapas de realização de seu próprio ideal". Cf. Castel (1995:388).

O documento, ao estabelecer uma associação entre nível de pobreza e nível de subsistência biológica, exponenciava o sentido de calamidade pública do problema da fome no país, tendo sido, por isso mesmo, recebido com algumas reservas e críticas pelo meio acadêmico. Na esfera governamental, contudo, sua repercussão foi relativamente pequena e não chegou a produzir inflexões visíveis na política social. A resposta oficial, à época, foi essencialmente burocrática, traduzindo-se pela criação de mais uma "comissão de alto nível", no caso, o Conselho de Segurança Alimentar, formado por Ministros da área social e representantes da sociedade civil, entre os quais o próprio Betinho.

O grande impulso e a grande mobilização popular em torno do fato não decorreram, pois, de uma ação governamental, mas da campanha encabeçada por Betinho, sob o nome de Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, mais conhecida como Campanha da Fome. Contando com um amplo apoio da mídia, de formadores de opinião, artistas e intelectuais, e fazendo apelo aos laços de solidariedade social, a campanha logrou criar e disseminar cerca de 3000 comitês junto a associações de bairro, empresas estatais, representações profissionais e escolas e ganhar projeção nacional.

No nível da prática e das representações, a bandeira do "combate à pobreza" estava, portanto, nas mãos da sociedade civil e a opacidade das políticas federais na área social apenas reforçava tal quadro.

O lançamento do Programa Comunidade Solidária[8], na mudança do governo central, parecia destinado a trazer de volta para o Estado a iniciativa e a

[8] O próprio nome do Programa, privilegiando o comunitarismo e a solidariedade, evocaria, em certa medida, os termos pelos quais se pautava a Campanha da Fome. Mas mesmo antes de seu lançamento oficial, a referência à Campanha já se explicitava nas palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao afirmar, em seu discurso de posse: "o sentimento que move esse apoio de todos ao país tem um nome: solidariedade (...) Vamos fazer deste sentimento a mola de um grande mutirão nacional, unindo o governo e

articulação política da questão social[9]. Nas entrevistas e matérias divulgadas sobre o Programa, pela mídia, este se afigurava, sem dúvida, como uma proposta inovadora e ambiciosa. Ele deveria representar uma espécie de ponta de lança na linha de ataque governamental contra a pobreza. Ao mesmo tempo, ele deveria garantir um maior entrosamento com as políticas sociais levadas a efeito na esferas estadual e municipal, a fim de cobrir lacunas e evitar desperdício dos recursos públicos. Deveria, ainda, servir de pólo aglutinador e irradiador de experiências bem sucedidas nas áreas de geração de emprego e rendimentos, bem como de paradigma aos programas de participação comunitária. E para que todos estes objetivos pudessem ser alcançados, ele deveria contar com o suporte de uma vultosa alocação de recursos, que as primeiras notícias divulgadas pela mídia estimavam como da ordem de R$ 4 bilhões[10].

a comunidade, para varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria" (*in* Jornal do Brasil, 2/1/95, p. 4).

[9] Criado, oficialmente, em 18 de janeiro de 1995, tendo como Secretária-executiva a socióloga Ana Maria Peliano, responsável pela elaboração do *Mapa da Fome no Brasil*, o Comunidade Solidária afirmaria, cerca de um mês depois, sua característica de órgão de parceria governo-sociedade, com a posse de seu Conselho Consultivo, presidido pela Dra. Ruth Cardoso e do qual fariam parte dez Ministros de Estado, o sociólogo Betinho, artistas como Regina Duarte e Gilberto Gil, representantes de organizações não-governamentais, sindicais, empresariais, da Igreja e da Universidade. Absorvendo as funções do Consea, do extinto Ministério do Bem-Estar Social e da LBA, o Programa deveria concentrar seus esforços no combate à pobreza, (i) identificando as áreas de maior carência; (ii) definindo, com a participação da sociedade civil e dos órgãos públicos locais, as ações prioritárias em termos de: alimentação e nutrição; serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda e defesa de direitos e (iii) coordenando os programas ministeriais de atuação conjunta (JB, 19/1/95, p.5; JB, 18/2/95, p.4; JB, 22/2/95, p.8; O Globo, 22/1/95, p.4; O Globo, 22/2/95, p.4). De acordo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, esta era uma tarefa urgente e prioritária: "É inaceitável que o país continue a conviver pacificamente com sua pobreza (...) O que espero do Conselho é que se desenhem as possibilidades de ação imediata, de ação efetiva, mesmo sabendo que essa ação não resolverá o problema da noite para o dia. Mas pelo menos que se encaminhe uma solução. É preciso focalizar, é preciso levar as questões de uma maneira que as pesssoas possam sentir que há solução para alguns problemas" (JB, 19/1/95, p.5; O Globo, 22/2/95, p.4).

[10] Ruth Cardoso reconhecia, porém, que 4 bilhões eram insuficientes para a dimensão do problema, destacando que uma das funções do Conselho seria justamente a de captar recursos, inclusive internacionais, para o Programa (JB, 22/2/95, p.8).

Inovação, busca de parcerias, sinergia de esforços, solidariedade e participação comunitária — palavras de ordem afinadas com os novos tempos e que acompanhavam o lançamento do Programa — levavam a crer que uma nova política social começava efetivamente a se esboçar. Ao mesmo tempo em que o combate à pobreza se inscrevia como prioridade política do governo, criava-se um Programa específico para ser sua mola mestra.

Os desdobramentos subseqüentes mostraram que não era bem assim. Dada a composição dos Ministérios, as disputas programáticas e por recursos financeiros, os interesses político-partidários e regionalistas em jogo e a burocracia encastelada em cada um deles, certamente seria difícil ao Programa desempenhar o papel de elo condutor ou mesmo articulador das ações federais voltadas para o combate à pobreza. Mais ainda, quando se considera sua reduzida equipe e o *status* que lhe foi assignado como um apêndice da Presidência.

Por outro lado, o que se supunha fosse o sentido original do Programa — o de desenhar uma nova política de combate à pobreza — não passou de um erro de expectativa, de vez que na prática o Comunidade Solidária se voltou para o aperfeiçoamento de programas já existentes e para o fomento de parcerias público-privadas[11].

Finalmente, as verbas alocadas ao Programa também se tornaram uma questão nebulosa. Os 4 bilhões de reais deixaram simplesmente de ser

[11] "Talvez houvesse uma expectativa de que surgiriam coisas espetaculares, quando o que se queria era fazer funcionar melhor o que existe (...) O Comunidade Solidária não inventou um só programa. Trabalhamos com o que existe. Foi assim com o programa contra a mortalidade infantil, com o transporte rural e com a merenda escolar (...) O que fizemos foi melhorar o desempenho. (...) Acima de tudo, (o que deu certo) foi a noção de que as coisas podem ser melhoradas trabalhando-se em parceria. Não só na área do governo, mas também com a iniciativa privada" (Ruth Cardoso, *in* entrevista a O Globo, 19/5/96, p.3).

mencionados e hoje não se sabe se o programa conta efetivamente com recursos e se conta, qual é seu montante[12].

Tampouco se sabe a que finalidades se destina, como se estabelecem as prioridades para a alocação dos recursos, que grupos sociais são cobertos, de que maneira se dá este acesso e quais os dispositivos de avaliação adotados no acompanhamento das políticas feitas em parceria[13].

Em síntese, do programa que deveria servir de vitrine para a política social do executivo federal se conhece pouco e dos outros, menos ainda, o que contrasta visivelmente com as metas, programas e indicadores da política econômica, diariamente veiculados pela mídia.

No âmbito do Legislativo, por outro lado, projetos como o de Renda Mínima, encaminhado pelo Senador Suplicy, permanecem há anos no Congresso sem que para eles se abra o debate público ou se encaminhe uma solução[14].

Ao contrário, pois, do que ocorre nas economias mais desenvolvidas, onde a emergência da nova pobreza se coloca como o grande desafio dos anos 90 e

[12] Na mesma entrevista, Ruth Cardoso, contrapondo-se ao trabalho realizado pela antiga LBA, que "distribuía recursos públicos e levava a uma fragmentação perniciosa da política social", afirmaria que hoje "o Governo concentra recursos onde pode obter os melhores resultados. Como o Comunidade Solidária segue critérios objetivos, não faz doações e não trabalha com verbas, não tem como atender pedidos". Mencionou, porém, doações privadas feitas ao Programa e repassadas a organizações, mediante concurso e, no tocante a verbas federais, frisou que "onde houve recursos raspamos o prato, como no caso da merenda escolar".

[13] A esse propósito, lembra Thévenot (1993:68) que por trás da complementaridade pacífica sugerida pela noção de parceria, escondem-se, de fato, tensões críticas que resultam das modalidades diversas de avaliação dos diferentes atores envolvidos no trabalho. Lembra, ainda, que especialmente no caso das políticas sociais, onde é maior o engajamento de atores não-governamentais, a questão dos dispositivos de acompanhamento e avaliação é crucial, de vez que nem sempre a ação desses atores se adequa aos esquemas usualmente adotados no setor público.

[14] Muito embora projetos semelhantes já tenham se mostrado bem sucedidos ao serem implementados por algumas Prefeituras Municipais e pelo governo do Distrito Federal.

dá margem a um intenso e generalizado debate social e à formulação de novas políticas públicas, no caso brasileiro a emergência da "nova pobreza" e a persistência da "antiga" parecem incapazes de provocar os mesmos efeitos. Apesar das dimensões que assume a pobreza, tanto em áreas urbanas, quanto rurais, da tendência de precarização do mercado de trabalho e de um quadro de distribuição de renda, que faz com que o Brasil se inscreva como o campeão mundial das desigualdades econômicas[15].

Se é grave a situação que os dados revelam, a resposta, contudo, parece ser, antes, o silêncio, a indiferença e um certo conformismo, como se a visão da intratabilidade da questão social fosse se generalizando e ocupando o espaço dos antigos projetos de mudança.

Certamente, há vozes, projetos e iniciativas, no âmbito público e privado, que se manifestam contra o atual estado de coisas. Certamente, também, há uma percepção mais nítida das desigualdades sociais, do esgarçamento da teia de solidariedade e dos sinais de ruptura que, sob diversas formas de violência, daí resultam. Certamente, ainda, há razões para pensar que o quadro de apatia política, descrédito institucional e desesperança possa ceder lugar a uma postura reativa, de afirmação cívica e de aposta no futuro.

Quando explode o drama social — e o Rio de Janeiro vem servindo de palco para grande parte destas manifestações — a mobilização pública dá fortes sinais de reação em campanhas como a do combate à fome e a do combate à violência.

No bojo dessas campanhas, aponta-se para a prioridade de gastos públicos nas áreas de concentração populacional dos grupos de baixa renda e para a necessidade de uma política de integração à cidadania dos muitos que hoje

[15] Cf., a respeito, as análises feitas em IBGE (1994) e IBGE (1995).

ocupam o espaço do não: os sem terra, os sem teto, os sem trabalho, os sem voz e vez. Discutem-se propostas para a geração de novas oportunidades de trabalho e, em especial, de criação de alternativas profissionais para a juventude pobre, que simultaneamente sejam sensíveis a sua cultura e à cultura de seu tempo e que sirvam de anteparo à atração sobre ela exercida pelo mundo do crime. Cresce, ainda, o reconhecimento de que o combate à violência não pode ser travado apenas pela repressão, mas tem de se fazer acompanhar de uma revisão na política de uso das drogas, com ênfase no tratamento do usuário; de maior fiscalização na entrada de armas no país; de mudanças no sistema penal e de uma reforma no aparelho policial, a fim de eliminar a violência do Estado.

É, pois, nesses movimentos, liderados por representantes da sociedade civil, que os esforços no sentido de chamar a atenção para os "excluídos sociais", de propor novos desenhos para as políticas públicas de tratamento à pobreza e de soldar os fios partidos da solidariedade ganham maior expressão e relevo.

Se eles são extremamente importantes, ao conferir maior visibilidade à questão social e ao ampliar os circuitos de solidariedade em torno dela, é evidente, porém, que o enfrentamento desta questão só poderá obter êxito com o concurso das diversas instâncias e agentes do Estado. Neste sentido, o desafio à classe política é crucial. Como assinala Pélassy (1995): "a exclusão se faz à custa do conceito de coletividade. Como pensar numa pátria comum, quando barreiras internas jogam numa *'no man's land'* os Outros, representados pelos desempregados, pelos miseráveis e pelos marginais de toda a espécie?" Qual o futuro da democracia se o preço a ser pago pela eficácia econômica é a desafiliação social de uma parcela cada vez maior da população?

A memória do passado talvez ajude a reflexão sobre o presente: "se as políticas do *Welfare* lograram substituir, como fundamento das sociedades modernas, direitos individuais por deveres de todos para com todos, é possível que a tarefa mais urgente de hoje seja a de dar um passo à frente, em direção a uma democracia fundada sobre *direitos desiguais*" (Procacci, 1994:47).

BIBLIOGRAFIA

CASTEL, Robert, De l'indigence à l'exclusion, la désafiliation, *in* DONZELOT, Jacques, *Face à l'exclusion*, Paris, Éditions Esprit, 1991.

CASTEL, Robert, *Les métamorphoses de la question sociale*, Paris, Fayard, 1995.

DEAN, Mitchell, *The constitution of poverty*, London, Routledge, 1991.

DONZELOT, Jacques, *Face à l'exclusion,* Paris, Éditions Esprit, 1991.

GAULLIER, Xavier, Quel nouvel État-providence, *Controverses*, s/d.

HIMMERFARB, Gertrude, *La idea de la pobreza*, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1988.

IBGE, *Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil nº 2*, Rio de Janeiro, IBGE, 1994.

IBGE, *Indicadores Sociais - Uma análise da década de 1980*, Rio de Janeiro, IBGE, 1995.

JENCKS, Christopher, *Rethinking social policy*, Harvard, HarperPerennial, 1992.

KATZ, Michael, *The undeserving poor*, New York, Pantheon Books, 1989.

MAIER, C, Democracy and its discontents, *Foreign Affairs*, v.73, n4, jul/aug 1994.

MARX, Karl, *El capital*, México, Fondo de Cultura Económica, 1966.

MERRIEN, François-Xavier, *Face à la pauvreté*, Paris, Éditions Ouvrières, 1994.

MESSU, Michel, Pauvreté et exclusion en France in MERRIEN, François-Xavier, *Face à la pauvreté*, Paris, Éditions Ouvrières, 1994.

OIT, *Como superar la exclusion social*, Ginebra, OIT/IIEL, 1994.

PATTERSON, James, Pauvreté, ghettos et question raciale, *in* MERRIEN, François-Xavier, *Face à la pauvreté*, Paris, Éditions Ouvrières, 1994.

PELASSY, D. *Sans foi ni loi*, Paris, Fayard, 1995.

PERRET, Bernard et ROUSTANG, Guy. *L'économie contre la société*, Paris, Le Seuil, 1993.

PROCACCI, Giovanna, De la mendicité à la question sociale, *in* MERRIEN, François-Xavier, *Face à la pauvreté*, Paris, Éditions Ouvrières, 1994.

REICH, Robert, *O trabalho das nações*, São Paulo, Educator, 1994.

ROSANVALLON, Pierre, *La nouvelle question sociale - Repenser l'État providence*, Paris, Seuil, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza, *Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

THÉVENOT, Laurent, L'action publique contre l'exclusion, *in* Affichard, Joëlle et Foucauld, Jean-Baptiste, *Pluralisme et équité*, Paris, Éditions Esprit, 1993.

SÉRIE: ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TEXTOS

1. APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os textos, quando entregues ao Depto. de Publicações do Instituto de Medicina Social da UERJ, devem atender às seguintes exigências:

a) estar escritos na língua portuguesa e tratar de temas ligados, preferencialmente, à saúde e políticas públicas e sociais;

b) ser apresentados em disquetes 3½, acompanhados de 3 (três) cópias em papel, tendo sido digitados em *Word for Windows;*

c) constar de no mínimo 20 e no máximo 70 laudas (30 linhas com 70 toques por linha); casos excepcionais serão julgados pela Editoria da Série;

d) estar acompanhados de resumos em português e em inglês, com 100 a 200 palavras cada, e apresentarem um mínimo de três palavras-chave descritoras do conteúdo, também em português e em inglês;

e) estar acompanhados de apresentação dos autores (qualificação profissional e vínculos institucionais);

f) as NOTAS deverão ser apresentadas no pé das páginas e as REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS deverão ser apresentadas ao final do artigo, em páginas específicas destinadas a este fim;

g) as NOTAS deverão ser numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos;

h) os GRÁFICOS e TABELAS deverão ser numerados consecutivamente, em algarismos romanos;

i) poderão ser feitas citações no texto, somente indicando o último sobrenome do autor citado, o ano de publicação e página (quando for o caso), entre parênteses. Ex.: (Litton, 1983, p.75);

j) as REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS devem ter as indicações necessárias à perfeita identificação das obras, de acordo com as normas da ABNT. Exemplos:

Para livros

DIAS, Gonçalves. *Gonçalves Dias*: poesia. Organizada por Manuel Bandeira; revisão crítica por Maximiano de Carvalho e Silva. 11 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1983. 87 p. (Nossos Clássicos, 18)

Para artigos

MOURA, Alexandrina Sobreira de. Direito de habitação às classes de baixa renda. *Ciência e Trópico*, Recife, v. 11, n.1, p. 71-78, jan./jun. 1983.

Para capítulos de livros

LAYTON, E. Conditions of technological development. In: SPIEGEL, Ina, PRICE, Derek de Solla. *Science, technology and society*; a cross-disciplinary perspective. California, Sage, 1977. p. 197-222.

Para trabalhos publicados em Anais

CORDEIRO, Rosa Inês de N. Descrição e representação de fotografias de cenas e fotogramas de filmes: um esquema de indexação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16. 1991. *Anais*... Salvador: APBEB, 1991. v. 2, p. 1008-1022.

2. INDICAÇÃO E PARECER EDITORIAL

a) os textos, quando de autoria de alunos, deverão estar acompanhados de indicação para publicação, por escrito, emitida por professor do IMS;

b) todos os textos apresentados para publicação serão submetidos a parecer de pelo menos um membro do Conselho Editorial ou de consultor que a Editoria da Série considere oportuno convidar, de acordo com suas especificidades. A indicação apontada no item 2.a) não exclui a emissão do parecer aqui referido.

3. REVISÃO E AJUSTES DOS TEXTOS

a) nos casos de aprovação com ressalvas, os textos serão devolvidos aos autores para revisão e alteração, a serem realizadas no prazo máximo de 10 (dez) dias;

b) após aprovação para publicação, os textos serão submetidos a profissional qualificado para dar procedimento ao copidesque, que deverá ser revisto pelos autores no prazo máximo de 5 (cinco) dias;

c) os textos alterados ou revisados, devolvidos pelos autores em prazos superiores aos determinados nos itens 3.a) e 3.b), serão publicados de acordo com novo cronograma de produção a ser definido pela Editoria da Série.

4. PRIORIDADE

Será prioritária a publicação de textos de autoria de professores e alunos do Instituto de Medicina Social da UERJ.

5. EXEMPLARES PARA OS AUTORES

Os autores terão direito a 10 (dez) exemplares gratuitos dos números da Série em que constem seus textos.

6. CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão analisados pelo Editor da Série.